

O impacto das hidrelétricas na ecologia da Amazônia

JOSÉ MATIAS PEREIRA

Com uma significativa apreensão, a comunidade amazônica está assistindo nascer, em seu território, diversas barragens e usinas hidrelétricas de grande porte. A primeira delas foi Tucuruí, no Estado do Pará, que em sua primeira fase gerará 3,9 milhões de quilowatts (kw). O lago dessa hidrelétrica alagou uma área de 2.430 quilômetros quadrados. A segunda, Balbina, no Estado do Amazonas, que entrará em atividade brevemente, deverá produzir 250 mil kw e inundará uma extensão de 2.360 quilômetros quadrados de floresta.

A terceira grande obra nesse setor está projetada para a área próxima ao município de Altamira (PA), no rio Xingu. Com base nos dados do projeto elaborado pela Eletronorte, esse complexo hidrelétrico (composto por duas usinas e três barragens, que inundarão 7.200 quilômetros quadrados), quando terminado, terá capacidade para gerar 17 milhões de kw, ou seja, quase 30% mais que Itaipu, no rio Paraná, que tem uma capacidade instalada de 12,8 milhões de kw. O custo estimado da obra é US\$ 10,6 bilhões.

A partir desses dados, entendo oportuno abordar a questão dos impactos negativos que essas grandes hidrelétricas poderão causar ou já estão causando em relação à fauna, flora, hidrografia, estrutura fundiária e identidade cultural do povo da região.

Com relação à hidrelétrica de Tucuruí, que se encontra em fase de operação, além dos problemas ecológicos gerados e do desperdício de milhões de metros cúbicos de madeira, alagados com o fechamento da represa, começam a ser avaliados e questionados, pelas lideranças da região, os custos e os benefícios que, em princípio, tal obra trouxe para a comunidade da área. Tais posições estão baseadas na percepção de que o principal objetivo da construção da hidrelétrica foi o de viabilizar os empreendimentos econômicos instalados no projeto Grande Carajás, além de gerar excedentes para atender as regiões sudeste e nordeste.

Por sua vez, a construção do complexo de Altamira surge como mais uma variável para aumentar as inquietações das comunidades paraense e regional. Elas temem que, nessa fase de orientação de novas ações governamentais para a região, esteja reservado ao Estado do Pará e à região apenas a função de província mineral e energética, para atender as necessidades do centro dinâmico da economia, notadamente a região sudeste. Este temor é agravado pela disputa, existente entre a Cesp e a Eletronorte, para executar as obras do rio Xingu. A primeira defende a tese de que São Paulo deve buscar energia onde ela exista. Caso isso ocorra, ficará evidente a postura colonialista do modelo de transmissão de energia do complexo de Altamira, reforçando a tese de que as economias produtivas (região sudeste) são depen-

dententes das economias extrativas (Amazônia), mas se sobrepõem a elas do ponto de vista de dominação.

Das hidrelétricas construídas ou em construção na Amazônia, porém, a mais polêmica, sem sombra de dúvidas, é a de Balbina (localizada no rio Uatumã, a 146 km, em linha reta, de Manaus, no Estado do Amazonas).

A referida hidrelétrica terá uma capacidade instalada de 250 megawatts, com cinco turbinas de cinquenta megawatts cada. O custo final estimado da obra será US\$ 600 milhões (dos quais 68% de capital nacional e 32% de capital francês). A usina começará a ser operada na cota 46 (que indica a altura do reservatório) e não na cota cinquenta (máxima), prevista inicialmente. Isto para evitar um acréscimo significativo na área de floresta a ser inundada, que, na cota 46, ficará em 2.360 quilômetros quadrados (praticamente a mesma área que foi inundada pela usina hidrelétrica de Tucuruí — 2.430 quilômetros quadrados — e gerará uma quantidade várias vezes menor que aquela). Vale destacar que a potência firme de 94 megawatts (dado da Eletronorte) atenderá apenas 40% da demanda de energia atual de Manaus.

O questionamento em relação à construção dessa usina está relacionado ao impacto que irá causar ao meio ambiente da área e, de forma especial, à dimensão do lago a ser formado com o fechamento das comportas (previsto para o final do mês de outubro próximo). A madeira existente na área a ser inundada não foi retirada (cerca de três milhões de metros cúbicos de madeira). Além disso, vivem na região duas comunidades indígenas (waimiri e atroari). Há também centenas de espécies de animais que habitam o local.

Em síntese, a construção da hidrelétrica de Balbina vem sendo considerada, por uma parcela significativa de técnicos, cientistas e políticos da região, uma obra inadequada para a Amazônia, não só por suas distorções técnicas, econômicas e sociais, mas especialmente pelos imensos prejuízos ecológicos que causará à área.

Após essas considerações, fica patente que administrar essas dificuldades e conciliar os interesses conflitantes são tarefas muito complexas. Está claro, também, que a busca de uma saída racional para o problema terá que, necessariamente, passar pela elaboração de um plano estratégico (consistente) de ocupação e desenvolvimento da área, tendo como objetivo principal não o capital, mas a preservação da natureza e a integração dos habitantes da região ao processo e aos resultados econômicos e sociais desses empreendimentos.